



JORNAL OFICIAL

Sexta-feira, 8 de junho de 2018



Série

Número 84

Sumário

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Despacho n.º 211/2018

Homologação dos preços máximos de venda ao público dos combustíveis.

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

Declaração de retificação n.º 12/2018

Procede à retificação do Aviso n.º 483/2017, referente à comissão de serviço do docente, António Joaquim Caires Batista Rosa, no cargo de Delegado Escolar de Santana, publicado no *Jornal Oficial* II Série, n.º 207, de 4 de dezembro de 2017.

Despacho n.º 212/2018

Depósito dos estatutos da Associação de Reintegração Social - RISOS, bem como o extrato da respetiva ata de aprovação.

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Aviso n.º 111/2018

Conclusão com sucesso do período experimental a que esteve sujeita a trabalhadora Mónica José Gonçalves Pita, na categoria e carreira de Técnico Superior, abrangido pelo Regime Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, ficando a trabalhadora afeta ao Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e Recursos Naturais.

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**Despacho n.º 211/2018**

Nos termos do n.º 3 da Portaria n.º 99-A/2008, de 31 de julho, alterada e republicada pela Portaria n.º 152/2015, de 28 de agosto, são homologados para vigorar na Região Autónoma da Madeira, a partir das 0 horas do dia 11 de junho de 2018 os seguintes preços máximos de venda ao público:

Gasolina super sem chumbo IO 95 € 1,573 por litro
Gasóleo rodoviário € 1,316 por litro
Gasóleo colorido e marcado € 0,837 por litro

Assinado, em 8 de junho de 2018.

PEL'O VICE-PRESIDENTE, Jorge Maria Abreu de Carvalho

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DIREÇÃO REGIONAL DE INOVAÇÃO E GESTÃO

Declaração de retificação n.º 12/2018

Por ter saído com inexatidão no *Jornal Oficial* n.º 207, II Série, de 4 de dezembro de 2017 retifique-se:

Onde se lê:

(...)

Por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional de Educação, foi renovada a seguinte comissão de serviço, para o exercício do cargo de Delegado Escolar, nos termos abaixo referenciados:

DATA DO DESPACHO DO EX.MO SECRETÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO	NOME DO DOCENTE	QUADRO A QUE PRETENÇA	CARGO	DATA DE EFEITOS DA RENOVAÇÃO
28/11/2016	ANTÓNIO JOAQUIM CAIRES BATISTA ROSA	EB1/PE/CRECHE DA SANTANA	DELEGADO ESCOLAR DE SANTANA	30/11/2017

Deverá ler-se:

(...)

Por despacho de Sua Excelência o Secretário Regional de Educação, foi renovada a seguinte comissão de serviço, para o exercício do cargo de Delegado Escolar, nos termos abaixo referenciados:

DATA DO DESPACHO DO EX.MO SECRETÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO	NOME DO DOCENTE	QUADRO A QUE PRETENÇA	CARGO	DATA DE EFEITOS DA RENOVAÇÃO
28/11/2017	ANTÓNIO JOAQUIM CAIRES BATISTA ROSA	EB1/PE/CRECHE DA SANTANA	DELEGADO ESCOLAR DE SANTANA	30/11/2017

(Não carece de fiscalização prévia pela Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas).

(Não são devidos emolumentos).

Direção Regional de Inovação e Gestão, 6 de junho de 2018.

O DIRETOR REGIONAL, António José de Carvalho Lucas

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DIREÇÃO REGIONAL DE JUVENTUDE E DESPORTO

Despacho n.º 212/2018

Considerando que:

- O Decreto Legislativo Regional n.º 42/2008/M, de 18 de dezembro, veio adaptar à Região Autónoma da Madeira a Lei n.º 23/2006, de 23 de junho, aprovando o reconhecimento das associações juvenis com sede na Região e o Estatuto do Dirigente Associativo Juvenil;
- Compete ao organismo responsável pela juventude promover, gratuitamente, a publicação dos estatutos, junto com a ata da aprovação dos mesmos;
- A 19 de maio do ano 2018, foram aprovados os Estatutos da Associação de Reintegração Social - RISOS.

Assim, ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 42/2008/M, de 18 de dezembro, são publicados os estatutos da Associação de Reintegração Social - RISOS, bem como o extrato da respetiva ata de aprovação, sendo que da parte omitida nada consta que altere, prejudique, modifique ou condicione a parte transcrita.

Funchal, 5 de junho de 2018.

O DIRETOR REGIONAL, David João Rodrigues Gomes

Extrato da ata número um

«Aos 19 dias do mês de maio de 2018 pelas quinze horas e quinze minutos, no salão Paroquial de Santa Cruz, Rua irmã Wilson, Freguesia de Santa Cruz, Concelho de Santa Cruz reuniram-se em Assembleia Geral um grupo de jovens, cuja listagem consta de anexo à presente ata, que dela faz

parte integrante, com o objetivo de constituir uma associação juvenil, tendo como ordem de trabalhos:

Ponto um: Deliberar sobre a constituição da associação;

Ponto dois: Apresentação, discussão e aprovação dos estatutos da nova associação;

(...)

Foram propostos três nomes para constituírem a mesa da Assembleia Geral, Maria Elisabete Fernandes Carvalho, na qualidade de Presidente, Maria Francisca Góis Vieira na qualidade de Vice-presidente e Mariana Félix Teles Alves Ferro na qualidade de Secretário, tendo sido obtida a unanimidade dos votos dos presentes.

Entrando na ordem de trabalhos, no âmbito do ponto número UM, o Presidente da Mesa fez um resumo de todo o processo de trabalho realizado até à data, designadamente a escolha do nome, definição do objeto social e respetivos objetivos da associação.

Nestes termos, foi colocado à votação a constituição da associação nos termos propostos, tendo sido deliberado por unanimidade constituir a Associação de Reintegração Social – RISOS, cuja denominação foi aprovada pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas a 23/03/2018.

No que diz respeito ao SEGUNDO ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da mesa apresentou o projeto de estatutos, através da leitura de cada um dos seus artigos.

Perguntado aos presentes se pretendiam um esclarecimento adicional, pelos mesmos foi respondido que nada tinham a acrescentar.

Posto à votação, foram os estatutos aprovados igualmente por unanimidade.

(...)

Por nada mais haver a tratar foi encerrada esta Assembleia Geral, quando eram 17 horas e 30 minutos, da qual foi lavrada esta ata, a qual vai ser assinada pelos membros da mesa nomeados *ad hoc*.

A Presidente da Mesa: Maria Elisabete Fernandes Carvalho

A Vice-Presidente da Mesa: Maria Francisca Góis Vieira
A Secretária: Mariana Félix Teles Alves Ferro”

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL - RISOS

Capítulo I Disposições gerais

Artigo 1.º Denominação

A presente associação adota a denominação de Associação de Reintegração Social - RISOS, adiante designada abreviadamente por Associação.

Artigo 2.º Natureza

A Associação é uma entidade privada sem fins lucrativos e constitui-se por tempo indeterminado.

Artigo 3.º Sede

1. A Associação tem a sua sede na Rua da Ribeira, n.º 59, freguesia e concelho de Santa Cruz, Madeira.

2. A Associação pode mudar a sua sede por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta da Direção.

Artigo 4.º Objeto

A Associação tem como objeto a promoção e dinamização de medidas e ações de âmbito educativo, formativo, social e cultural nas suas diversas vertentes, destinadas à população juvenil e sénior em particular e à sociedade em geral, potenciando a aquisição de competências e conhecimentos que contribuam para a sua integração social, realização pessoal e valorização profissional.

Artigo 5.º Atribuições

Com vista à realização do seu objeto a Associação tem, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Promover o desenvolvimento de projetos socioculturais para a juventude e população em geral, designadamente através de programas de ocupação de tempos livres, com impacto na intervenção comunitária;
- b) Promover *workshops* em diversas áreas como a música, o teatro, trabalhos manuais, nutrição e prevenção de comportamentos de risco, que incentivem a realização pessoal, a criatividade e a integração social;
- c) Desenvolver projetos e eventos através do estabelecimento de parcerias, visando a otimização dos recursos e a maximização das ações desenvolvidas;
- d) Implementar novas metodologias e modelos de colaboração com instituições que trabalham no setor da juventude, designadamente com escolas e organizações juvenis e instituições público-privadas cujos objetivos confluem para o objeto da associação;
- e) Implementar projetos de intervenção em rede, potenciadoras da educação, da cidadania ativa, da cultura, da saúde e do emprego;
- f) Angariar fundos e donativos de pessoas e instituições que desejem contribuir para os objetivos da associação;
- g) Apresentar candidaturas a programas regionais, nacionais e internacionais, que potenciem a aquisição de financiamento e a prossecução dos objetivos desta associação.

Capítulo II Dos Associados

Artigo 6.º Associados

1. Podem ser associados da Associação todas as pessoas singulares ou coletivas que se identifiquem com os objetivos constantes nestes estatutos e preencham os requisitos neles estabelecidos.
2. A qualidade de associado será fixada numa das seguintes categorias:
 - a) Efetivo – As pessoas singulares e coletivas que se proponham colaborar na realização dos fins da associação obrigando-se ao pagamento de uma quota anual, nos montantes fixados pela Assembleia Geral.

- b) Honorário - As pessoas singulares ou coletivas que através de ações ou donativos, dêem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da Associação como tal, reconhecida e proclamada pela Assembleia Geral, sob proposta da Direção.
3. A qualidade de associado não é transmissível quer por ato entre vivos quer por sucessão.

Artigo 7.º
Admissão

1. O processo de admissão dos associados efetivos é efetuado mediante pedido assinado pelo candidato, sob proposta de pelo menos dois associados efetivos, sendo deliberado pela Direção da Associação.
2. O processo de admissão dos associados honorários é efetuado mediante proposta da Direção ou por um mínimo de cinco associados efetivos, sendo deliberado pela Assembleia Geral, por maioria de dois terços dos associados presentes.
3. A qualidade de associado prova-se pela inscrição na base de dados respetiva que a Associação obrigatoriamente possuirá.

Artigo 8.º
Direitos dos associados

1. São direitos dos associados efetivos:
- Participar nas reuniões da Assembleia Geral e votar, em pleno uso dos seus direitos;
 - Eleger e ser eleito para os corpos sociais da Associação;
 - Participar nas atividades da Associação;
 - Requerer a convocação da Assembleia Geral extraordinária nos termos do n.º 4 do artigo 19.º;
 - Solicitar todos os esclarecimentos sobre o funcionamento da Associação, assim como da execução efetiva e financeira das atividades da Associação;
 - Propor a realização de atividades, ações ou projetos que sejam consentâneos com os objetivos da Associação.
2. Os associados efetivos só podem exercer os seus direitos se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.
3. Os associados honorários podem participar e intervir nas Assembleias gerais, sem direito a voto.

Artigo 9.º
Deveres dos associados

Constituem deveres dos associados:

- Cumprir as disposições estatutárias e os regulamentos internos da Associação, bem como respeitar as deliberações dos seus órgãos;
- Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
- Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que foram eleitos;
- Pagar pontualmente as quotas, nos casos em estas sejam devidas;
- Zelar pelo património da Associação, como pelo seu bom nome e engrandecimento.

Artigo 10.º
Saída, exclusão e readmissão

1. A qualidade de associado perde-se:
- Mediante comunicação escrita dirigida à Direção da Associação, pelo próprio associado;
 - Pelo falecimento do associado;
 - Pela exclusão do associado, em caso de comportamento considerado lesivo dos interesses da Associação, nos termos do regime disciplinar.
2. A readmissão dos associados, que tenham optado por deixar de pertencer à Associação ou que tenham sido excluídos, deverá ser solicitada pelos próprios e apreciada pela Direção.

Artigo 11.º
Efeitos da saída ou da exclusão

O associado que por qualquer forma deixar de pertencer à Associação não tem o direito a reaver as quotizações que haja pago e perde o direito ao património social, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.

Capítulo III
Dos órgãos

Artigo 12.º
Órgãos

São órgãos da Associação:

- A Assembleia Geral;
- A Direção;
- O Conselho Fiscal.

Secção I
Disposições comuns

Artigo 13.º
Mandato e eleições

- A duração do mandato dos membros dos órgãos da Associação é de 3 anos.
- O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o Presidente da Assembleia Geral ou o seu substituto, o que deverá ter lugar no prazo de trinta dias após a eleição.
- A eleição dos titulares dos órgãos sociais decorrerá no mês de dezembro do último ano de cada triénio de mandato.
- Quando a eleição tenha sido realizada extraordinariamente fora do mês de dezembro, a posse deverá ter lugar igualmente no prazo de trinta dias após a eleição.
- Quando as eleições não sejam realizadas nos termos do disposto nos números 2 e 3 do presente artigo, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos titulares dos órgãos sociais.
- O término do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.
- Os membros dos corpos dirigentes gozam da liberdade de suspenderem livremente o seu mandato ou

de renunciarem ao cargo para que foram eleitos, devendo ser imediatamente substituídos pelo seguinte em lista, seguindo-se a ordem pela qual foram eleitos, sendo que caberá aos suplentes preencherem os lugares vagos tornando-se efetivos.

8. Para efeitos do número anterior, o tempo de mandato do membro substituído conta para o tempo de mandato do membro substituto.
9. O regime eleitoral consta de regulamento interno.

Artigo 14.º Elegibilidade

1. São elegíveis para os cargos de titulares dos órgãos sociais, os associados efetivos em pleno gozo dos seus direitos associativos.
2. Não são elegíveis para os órgãos sociais, os associados que, mediante processo judicial, tenham sido excluídos de cargos diretivos ou que tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

Artigo 15.º Regras das deliberações gerais

1. As deliberações dos órgãos são tomadas à pluralidade dos votos, estando presentes a maioria do número legal dos seus membros, ressalvadas as exceções previstas nos presentes estatutos.
2. Sempre que se realizem eleições ou esteja em causa juízo de valor sobre pessoas, a votação será feita por escrutínio secreto.
3. Das reuniões dos órgãos sociais são lavradas atas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respetiva Mesa.

Secção II Da Assembleia Geral

Artigo 16.º

Composição

1. A Assembleia Geral é composta por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.
2. A Assembleia Geral será presidida por uma mesa composta por 3 associados, eleita em lista maioritária, constituída pelo Presidente, Vice-presidente e Secretário.

Artigo 17.º Competências da Mesa da Assembleia

1. Compete à Mesa da Assembleia Geral:
 - a) Dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia e representá-la;
 - b) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso, nos termos legais;

c) Conferir posse aos titulares dos órgãos da Associação eleitos.

2. Incumbe ao Presidente convocar as Assembleias e dirigir os respetivos trabalhos.
3. Ao Vice-presidente incumbe substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.
4. Ao Secretário incumbe todo o expediente relativo à Assembleia Geral, bem como redigir as respetivas atas.
5. Na falta ou impedimento do Vice-presidente e Secretário da Mesa da Assembleia Geral, competirá ao Presidente eleger os respetivos substitutos de entre os associados presentes os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

Artigo 18.º Competências da Assembleia

Compete à Assembleia Geral:

- a) Aprovar e alterar o seu Regulamento Interno;
- b) Aprovar regulamentos internos da Associação, nomeadamente o disciplinar e eleitoral, sob proposta da Direção;
- c) Definir as grandes linhas de atuação da Associação;
- d) Definir e aprovar planos e relatórios de atividades anuais da Associação;
- e) Aprovar o Relatório e Contas de Gerência;
- f) Fixar os valores das quotas, bem como os seus regimes de pagamento;
- g) Admitir os associados honorários;
- h) Eleger e destituir, por votação secreta, os titulares dos órgãos da Associação;
- i) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer tipo de bens imóveis e de outros bens patrimoniais;
- j) Decidir sobre os recursos no âmbito dos processos disciplinares;
- k) Autorizar a Associação a demandar os titulares dos órgãos sociais por atos praticados no exercício das suas funções;
- l) Alterar ou reformar os Estatutos, bem como deliberar sobre a extinção, cisão ou fusão da Associação;
- m) Decidir sobre quaisquer recursos de decisões da Mesa da Assembleia Geral;
- n) Deliberar sobre a extinção da Associação.

Artigo 19.º Convocação da Assembleia

1. A Assembleia Geral reúne ordinariamente duas vezes por ano.
2. No início e no final de cada ano, são realizadas respetivamente as assembleias gerais ordinárias para analisar o relatório e contas, bem como o parecer do Conselho Fiscal, e o plano de atividades e orçamento apresentados pela Direção.
3. A Assembleia Geral reunida ordinariamente deve ser convocada pelo presidente da Mesa ou pelo seu substituto, com pelo menos 8 dias de antecedência.
4. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente por convocação do presidente da Mesa ou pelo seu

substituto ou ainda a pedido de um décimo dos associados.

5. A Assembleia Geral extraordinária quando convocada a pedido dos associados, deve ser convocada no prazo de 15 dias após o pedido efetuado nos termos do número anterior, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da data da receção do pedido.
6. Se a Assembleia Geral requerida pelos associados não for convocada no prazo de 15 dias, de acordo com o disposto no número anterior, é lícito a qualquer associado efetuar a respetiva convocatória.

Artigo 20.º Forma da convocação

1. A convocatória é feita por meio de aviso postal expedido para cada um dos associados ou por correio eletrónico, se assim for deliberado pela Assembleia Geral, dela constando obrigatoriamente o dia, hora e local da reunião e a respetiva ordem de trabalhos.
2. São anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem de trabalhos, salvo se todos os associados comparecerem à reunião e todos concordarem com o aditamento.
3. A comparência de todos os associados sanciona quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha à realização da assembleia.

Artigo 21.º Funcionamento

1. A Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito a voto ou meia hora depois com qualquer número de presentes.
2. A Assembleia Geral reunida extraordinariamente, que seja convocada a requerimento dos associados só pode reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.
3. Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes.
4. As deliberações sobre alterações estatutárias exigem o voto favorável de três quartos do número de associados presentes.
5. As deliberações sobre a dissolução da Associação requerem o voto favorável de três quartos do número total de associados.

Artigo 22.º Representação

1. A representação voluntária de qualquer associado pode ser cometida a qualquer outro associado ou advogado com poderes para o efeito.
2. O instrumento de representação voluntária de associados deve ser entregue na Associação, dirigidos ao presidente da mesa da Assembleia.

3. As pessoas coletivas podem ser representadas na Assembleia Geral pelas pessoas que para o efeito nomearem, por simples carta, fax ou *e-mail*, a ser entregue ou enviado ao presidente da mesa, nos termos do número anterior.

Secção III Da Direção

Artigo 23.º Composição

1. A Direção é o órgão executivo da Associação composta por elementos eleitos em lista maioritária.
2. A Direção da Associação é constituída por 5 membros dos quais um é presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal.
3. Devem ser eleitos dois suplentes para a Direção, que assumem funções apenas em caso de renúncia ou suspensão dos membros efetivos.
4. No caso de vacatura do cargo de presidente será o mesmo preenchido pelo vice-presidente, e assim sucessivamente, sendo que a vacatura deve ser de imediato colmatada nos termos do n.º 7 do artigo 13.º.

Artigo 24.º Competências

São competências da Direção:

- a) Propor e executar o Plano de Atividades e o Orçamento;
- b) Apresentar o Relatório e Contas de Gerência;
- c) Aprovar o seu Regulamento Interno;
- d) Admitir associados efetivos e propor à Assembleia Geral a admissão de associados honorários;
- e) Exercer o poder disciplinar;
- f) Apresentar propostas, nomeadamente de regulamentos internos, à Assembleia Geral;
- g) Requerer a convocação da Assembleia Geral;
- h) Aceitar subsídios, doações, heranças ou legados;
- i) Representar a Associação em juízo ou fora dele, perante todas as entidades públicas ou privadas;
- j) Abrir, manter ou encerrar contas bancárias da Associação;
- k) Estabelecer parcerias e assinar protocolos e acordos de colaboração com entidades públicas ou privadas, regionais, nacionais ou estrangeiras;
- l) Cumprir e fazer cumprir o disposto na lei, nos presentes estatutos e nos Regulamentos Internos;
- m) Exercer as demais competências que a Assembleia Geral nela delegar.

Artigo 25.º Competências do Presidente

Compete ao Presidente da Direção:

- a) Superintender na administração da Associação, orientando, gerindo e fiscalizando os serviços, ações, projetos e programas executados;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Direção, dirigindo os respetivos trabalhos;
- c) Representar a Associação em juízo ou fora dele;
- d) Assinar e rubricar o livro de atas da Direção;
- e) Despachar os assuntos normais do expediente.

Artigo 26.º
Competências do Vice-presidente

Compete ao Vice-presidente coadjuvar o presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências ou impedimentos.

Artigo 27.º
Competências do Secretário

Compete ao Secretário:

- a) Assinar e rubricar o livro de atas da Direção, juntamente com o Presidente;
- b) Lavrar, guardar e fazer assinar as atas das reuniões da Direção pelos seus membros;
- c) Guardar os arquivos e correspondência bem como assegurar o expediente da Direção;
- d) Coadjuvar o Presidente nos assuntos normais de expediente.

Artigo 28.º
Competências do Tesoureiro

Compete ao Tesoureiro:

- a) Receber e guardar os valores da Associação;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e despesa;
- c) Assinar as autorizações do pagamento e as guias de receita conjuntamente com o Presidente;
- d) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria;

Artigo 29.º
Competência dos Vogais

Compete aos Vogais:

- a) Coordenar as tarefas que lhe forem atribuídas;
- b) Propor atividades.

Artigo 30.º
Convocação e funcionamento da Direção

1. A Direção é convocada pelo respetivo presidente ou seu substituto e só pode deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
3. A Direção reúne ordinariamente com uma periodicidade por ela definida, com o mínimo de uma reunião semestral, e extraordinariamente, por convocação de dois dos seus membros.

Artigo 31.º
Destituição

A Assembleia Geral pode destituir qualquer membro da Direção com justa causa, nomeadamente, por motivos de violação grave dos seus deveres e capacidades para o seu normal exercício ou se o mesmo membro não comparecer, injustificadamente a quatro ou mais reuniões da Direção durante o período de um ano.

Artigo 32.º
Forma de obrigar

A Associação fica obrigada com a assinatura conjunta de dois membros da Direção, sendo obrigatoriamente uma delas a do Presidente ou a do Vice-Presidente.

Secção IV
Do Conselho Fiscal

Artigo 33.º
Composição

1. O Conselho Fiscal é composto por 3 elementos eleitos em lista maioritária.
2. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois vogais.
3. Devem ser eleitos dois suplentes para o Conselho Fiscal, que só assumem funções, em caso de suspensão ou renúncia dos membros efetivos.

Artigo 34.º
Competências

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Elaborar parecer anual sobre o relatório e contas apresentadas pela Direção;
- b) Solicitar à Direção todas as informações consideradas úteis no normal funcionamento, assim como verificar a escrituração e as contas da Associação;
- c) Emitir pareceres sobre assuntos da sua competência.

Artigo 35.º
Convocação e funcionamento do Conselho Fiscal

1. O Conselho Fiscal é convocado pelo respetivo presidente e só pode deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.

Capítulo IV
Receitas

Artigo 36.º
Receitas

Constituem receitas da Associação:

- a) Quotas dos associados a fixar em Assembleia Geral;
- b) Subsídios, donativos, subvenções ou patrocínios de entidades públicas ou privadas;
- c) Rendimentos que resultem do exercício próprio da sua atividade ou de serviços prestados;
- d) Rendimentos de bens próprios;
- e) Quaisquer outras receitas que sejam atribuídas.

Artigo 37.º
Aplicação das receitas

As receitas são aplicáveis:

- a) Ao pagamento das despesas de organização e funcionamento da Associação;
- b) À execução das atividades propostas pela Direção e aprovadas em Assembleia Geral;
- c) À aquisição de bens e serviços para a Associação;
- d) À realização de outras despesas necessárias à prossecução dos fins da Associação.

Capítulo V
Disposições finais

Artigo 38.º
Legislação aplicável

- 1. A Associação rege-se pelos presentes estatutos e demais regulamentos internos que venham a ser aprovados.
- 2. A presente Associação rege-se ainda pelas disposições do Código Civil e demais legislação aplicável.

Artigo 39.º
Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos em Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor.

**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E
RECURSOS NATURAIS**

Aviso n.º 111/2018

Pelo Despacho n.º 22/SRA/2018, de 30 de maio, da Excelentíssima Senhora Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais, foi concluído com sucesso o período experimental a que esteve sujeita a trabalhadora Mónica José Gonçalves Pita, na categoria e carreira de Técnico Superior, abrangido pelo Regime Centralizado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, ficando a trabalhadora afeta ao Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e Recursos Naturais, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, 84/2015, de 7 de agosto, 18/2016, de 20 de junho, 42/2016, de 28 de dezembro, 25/2017, de 30 de maio, 70/2017, de 14 de agosto, 73/2017, de 16 de agosto.

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais,
aos 6 de junho de 2018.

A CHEFE DO GABINETE, Júlia Isabel Vieira Lopes

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fração de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda.....	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas.....	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas.....	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas.....	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas.....	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas.....	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

ASSINATURAS

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

	Anual	Semestral
Uma Série.....	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries.....	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries.....	€ 63,78	€ 31,95;
Completa.....	€ 74,98	€ 37,19.

A estes valores acrescem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA
IMPRESSÃO
DEPÓSITO LEGAL

Departamento do Jornal Oficial
Departamento do Jornal Oficial
Número 181952/02

Preço deste número: € 3,05 (IVA incluído)